

*o Brasil*

# O Novo Cenário

O debate que o presidente da Fiesp está sustentando irá contribuir para o desenvolvimento e a geração de empregos se for baseado numa agenda propositiva voltada para o futuro. O debate sobre a política econômica tem sentido se o objetivo for encontrar meios para o avanço das reformas e caminhos pelos quais o debate deve trilhar.

Mas não terá efeito prático se pretender antepor o desenvolvimento à estabilização. Por um motivo simples: enquanto o Brasil atravessou de 1980 a 94 regime de inflação desenfreada, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi pífio (ficou abaixo do aumento populacional), o que resultou em perda da renda *per capita*.

Só depois que o Plano Real debelou a hiperinflação e estabilizou a economia é que foi possível experimentar o crescimento auto-sustentado do mercado interno. O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, associou, em entrevista ao **JORNAL DO BRASIL** domingo, o crescimento do mercado interno à distribuição de renda promovida pelo real e a estabilização da moeda.

A estabilização permitiu recuperar o crédito bancário de médio e longo prazos. A volta do crediário viabilizou o escoamento da produção de bens de consumo fabricados pela indústria para abastecer o mercado interno, ampliado pela incorporação de 13 milhões de brasileiros durante o primeiro ano do real. A duplicação da venda de automóveis, televisores, geladeiras, fogões e freezers tem profundo significado social e desautoriza a linha pessimista em relação à austeridade fiscal. A austeridade não é antagônica ao desenvolvimento.

É equívoco atribuir o repique das taxas de juros apenas a erros da política econômica ou a capricho do Banco Central. Os movimentos de altas dos juros, que interromperam tendências declinantes, foram causados por fatores externos: a crise do México em 94/95, a asiática em 97, e a russa em 98. O que se pode dizer contra o governo (e menos diretamente contra o Banco Central) é que, por falta de empenho político na aprovação das reformas, o Brasil foi colhido pelas três crises exógenas com deficiências endógenas de sua política econômica.

Em palavras não exclusivas da economia:

devido ao atraso nas reformas do Estado, o governo viu-se forçado a prolongar demasiadamente as âncoras cambial e dos juros. Isto produziu na economia o sentimento de que a estabilização foi obtida à custa de política de *stop and go*, nociva à vida empresarial.

O impacto negativo dessa política afeta indistintamente todas as áreas, sobretudo o setor público altamente endividado. As reformas serão retomadas pelo Congresso – para discutir e votá-las – a partir da convocação extraordinária marcada para 4 de janeiro. Como sem as reformas, que podem contribuir para reduzir o déficit do setor público, os juros estão condenados a permanecer altos, não há discussão que se possa fazer objetivamente a respeito de política econômica. Quem não condicionar a baixa dos juros ao ajuste fiscal, certamente, deve acreditar em milagres.

Os juros altos não são o único fator a inibir a capacidade de competição da indústria nacional. Não basta ter juros menores (os do Brasil estão entre os maiores do mundo), mas prazos elásticos e condições favoráveis de carência, como as que desfrutam as indústrias que correm com as do Brasil na globalização. É preciso acelerar os ganhos de eficiência e produtividade nas áreas de infra-estrutura, cujos custos vêm caindo com a privatização. E definir claramente a agenda para o avanço de reformas vitais, como a tributária.

O presidente da Fiesp, Horário Lafer Piva, terá sucesso em sua cruzada pelo desenvolvimento se não se deixar amarrar pela velha-guarda do empresariado paulista que só sabe competir à custa do protecionismo. O protecionismo estatal foi essencial à implantação das fábricas, mas se prolongou demasiadamente e acabou devorado pela hiperinflação e a baixa competitividade em meio à violenta concentração de renda que estreitou o mercado.

A relocalização industrial no próprio Estado de São Paulo, com a troca do saturado ABCD pelo interior (São Carlos e Ituiutaba, onde estão, respectivamente, as novas fábricas da Volkswagen e da Honda), indica que novas indústrias pedem maior espaço na Fiesp e um calendário de reformas urgentes e necessárias para lhes garantir cenário mais favorável no século 21.